

# Processo para travar construção de incineradora de São Miguel não volta a julgamento

A decisão foi tomada pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA) em que foi apresentado a este um recurso pelos promotores da construção da incineradora. Deste modo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (TAF) não volta a julgar o processo. Isto após o Tribunal Central Administrativo do Sul (TCA Sul) ter decidido que o TAF deveria julgar o processo. De acordo com o TAF, o pedido foi rejeitado em virtude de não existir legitimidade activa. No entanto, “entendeu que esses pressupostos processuais se verificavam, pelo que revogou a sentença e determinou a baixa dos autos ao tribunal”

“Tanto o TAF como o TCA consideraram que o Autor era parte ilegítima, não só por não ter alegado que a construção licenciada e, depois, construída lesava os interesses da comunidade como por não ter indicado de forma clara e explícita qual o direito cuja protecção o obrigava a litigar. Deste modo, e pese embora se entender que o Autor litigava em defesa do

urbanismo, certo era que não lograra demonstrar em que medida a violação desse direito se projectava nos demais cidadãos, ao que acrescia que o Autor nada alegara sobre o que podia afectar, directa ou indirectamente, o direito à qualidade de vida dos cidadãos, ou sequer, do ordenamento do território, de modo que a tutela reclamada em juízo redundasse na salvaguarda de direitos que se reflectiam em toda a comunidade”, lê-se no acórdão. “Não se evidencia que as instâncias a tenham decidido mal, uma vez que o seu julgamento foi feito com uma adequada ponderação da matéria alegada na petição inicial e das leis em vigor”, de acordo ainda com o acórdão.

Paulo Estevão, líder do PPM/Açores, interpôs a acção, em Julho de 2020 pretendendo “obter a anulação judicial” do concurso público para a construção da central de valorização energética. No passado mês de Fevereiro, o TCA Sul considerou a acção de extrema importância tendo em conta o impacto ambiental que a construção



de uma incineradora traz.

Um investimento de cerca de 58 milhões de euros, o contrato para a construção da incineradora foi efectuado entre a empresa italiana Termo-

meccanica e a empresa MUSAMI. O projecto foi decidido pela Associação Municípios da Ilha de São Miguel – AMISM em 2016 e tem motivado vários protestos.

## Integração europeia não se pode fazer a “expensas” das regiões, defende José Manuel Bolieiro

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, considerou ontem, falando numa reunião do Comité das Regiões, que “importa garantir que o cumprimento da integração europeia não se faça a expensas” destes territórios “nem se traduza numa nova recentralização do poder. O princípio da subsidiariedade é claro. A nossa vocação europeia e o nosso compromisso com a União Europeia exigem que nos sejam disponibilizadas vias concretas e eficazes de participação directa e indirecta no processo de tomada de decisão”, declarou José Manuel Bolieiro.

José Bolieiro, actual Presidente da Conferência das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, falava, por via digital, no arranque de uma sessão do Comité das Regiões onde se discutiu o lugar das regiões da arquitectura da União Europeia no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa. A iniciativa teve também a colaboração da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE).

A Conferência sobre o Futuro da Europa consiste numa série de debates e discussões promovidos pelos cidadãos e que permitirão às pessoas de toda a Europa partilhar as suas ideias e ajudar a moldar o futuro comum.

“Se, nos nossos Estados, encon-



tramos sistemas de governação algo diversos, de acordo com as opções nacionais, esses sistemas ainda são mais diferentes nas regiões que compõem os Estados. Esta é a razão pela qual é nossa obrigação promovermos uma aliança. Uma aliança entre todas as regiões europeias, independentemente das suas competências no seio dos respectivos Estados”, defendeu José Manuel Bolieiro.

Para o governante, nessa aliança global é necessário que cada uma das regiões “encontre o seu lugar e todas possam contar com a sustentação e o apoio de todas. Sinto, no Governo de uma região autónoma com uma sólida estrutura política no

quadro constitucional do meu país, uma particular responsabilidade em trazer à reflexão da Conferência sobre o Futuro da Europa o exemplo dos Açores. E este exemplo evidencia a importância do reforço da participação das regiões em primeiro lugar no processo de decisão da União Europeia e, conseqüentemente, na execução da acção da União junto dos nossos concidadãos, das nossas vilas, das nossas cidades, das nossas regiões. Sendo açorianos e, por isso mesmo, autónomos, somos portugueses e europeus. Daí a nossa integração no sistema político nacional português e a exigência da reserva para nós de um lugar no sistema europeu”, pros-

seguiu o Presidente do Governo.

José Manuel Bolieiro reiterou o apelo à “união” para que seja aproveitada a “janela de oportunidade em que a Conferência sobre o Futuro da Europa se poderá traduzir para as regiões e para a identificação dos lugares que merecem na arquitectura institucional da União”. E concretizou: “Congratulamo-nos com esta parceria da Região Autónoma dos Açores com o Comité das Regiões e com a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias, que mais não pretende ser do que a semente desta aliança das regiões para uma maior e melhor democracia europeia. E, naturalmente, apresentamos a total disponibilidade dos Açores para o trabalho que se afigurar necessário para o cumprimento desta missão”.

Na iniciativa de hoje, adoptou-se a Declaração sobre “O lugar das regiões na arquitectura da União Europeia - tendo em vista a Conferência sobre o Futuro da Europa”.

Tendo como objectivo o reforço do papel das regiões na elaboração das políticas da União, os governos regionais, os parlamentos e os conselhos pretendem melhorar o raio de acção do Comité das Regiões e das suas competências a fim de melhor satisfazer as necessidades das pessoas nos locais onde vivem.